

MESTRADO EM DIREITO E SEGURANÇA

MS 109 – PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES (PI)

FICHA DE UNIDADE CURRICULAR

1 – INFORMAÇÕES GERAIS

Coordenador: Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia

Regente: Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia

Ano letivo: 2018/2019

Curso: 2.º ciclo

ECTS: 5

Horas de contacto: 15

Contacto do docente: jbg@fd.unl.pt

2 – OBJETIVOS E COMPETÊNCIAS A ADQUIRIR

A disciplina de Produção de Informações visa proporcionar aos estudantes a compreensão sistémica não apenas da teoria da produção de informações em ambiente de Estado de Direito como igualmente as normas e os princípios jurídicos que regem a sua atividade, definindo os poderes dos respetivos serviços e estabelecendo os limites da sua ação em relação aos direitos dos cidadãos e à atuação de outras forças e serviços de segurança.

3 – PROGRAMA

1. Estado Constitucional e Segurança do Estado

1.1. Estado Constitucional e Segurança Nacional

1.2. Segurança do Estado e função administrativa

1.3. Atividade de produção de informações e Administração Pública

1.4. O défice constitucional regulatório da produção de informações na Constituição Portuguesa (CRP)

- 1.5. A reserva absoluta de competência legislativa quanto ao “regime do sistema de informações”
- 1.6. O modelo constitucional de organização dos serviços de informações: monismo ou dualismo?
- 1.7. A limitação das escutas telefónicas ao processo criminal
- 1.8. A restrição de direitos dos agentes de informações e o art. 270º da CRP
- 1.9. O princípio da transparência e a exceção do segredo nos atos regulamentares internos dos serviços de informações
- 1.10. O problema do acesso aos meta-dados

2. Teoria da Produção das Informações

- 2.1. Conceito de informações
- 2.2. Modalidades de informações: estratégicas, táticas, policiais, operacionais
- 2.3. As fontes das informações: modalidades

3. Informações em perspetiva histórico-comparada

- 3.1. Evolução histórico-política
- 3.2. Alguns modelos comparados de produção de informações em Estado de Direito

4. A organização do Sistema de Informações da República Portuguesa

- 4.1. Natureza
- 4.2. Estrutura
- 4.3. Secretário-Geral
- 4.4. SIED
- 4.5. SIS
- 4.6. CISMIL

5. O controlo da atividade de informações

- 5.1. Serviços de informações e Estado de Direito
- 5.2. O controlo da atividade da produção de informações
- 5.3. O controlo interno administrativo
- 5.4. O controlo externo judicial
- 5.5. O controlo externo não judicial

- 5.6. A Comissão de Fiscalização de Dados
- 5.7. O Conselho de Fiscalização do SIRP
- 5.8. O controlo social

6. O segredo de Estado

- 6.1. Estado de Direito e Administração Aberta
- 6.2. Sentido e amplitude da Administração Aberta
- 6.3. Os vários segredos
- 6.4. O segredo de Estado em especial
- 6.5. Objeto e âmbito do segredo de Estado
- 6.6. Procedimento de classificação do segredo de Estado
- 6.7. Fiscalização do segredo de Estado
- 6.8. Contencioso do segredo de Estado

7. Segurança da Informação Classificada e Sensível

- 7.1. Conceito e modalidades
- 7.2. Autoridade Nacional de Segurança

4 – MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

Exame escrito, podendo ser substituído por relatório escrito.

5 – BIBLIOGRAFIA

- AAVV, *Leis de Direito da Segurança*, 3ª ed., Quid Juris, Lisboa, 2016
- AAVV, *Estudos de Direito e Segurança* (org. de Bacelar Gouveia): I vol, Almedina, Coimbra, 2007; II vol., Almedina, Coimbra, 2012
- AAVV, *Enciclopédia de Direito e Segurança* (coord. Jorge Bacelar Gouveia e Sofia Santos), Almedina, Coimbra, 2015
- Adriano Moreira, *Informações e Segurança*, Prefácio, Lisboa, 2004
- Anthony Cavendish, *Inside Intelligence*, Collins, Londres, 1990
- Arménio Marques Ferreira, *O Sistema de Informações da República Portuguesa*, in AAVV, *Estudos de Direito e Segurança*, Almedina, I, Coimbra, 2007, pp. 67 e ss.

- Carlos Feijó, *A produção de Informações de Segurança no Estado Democrático de Direito*, Principia, Cascais, 2003
- Christina Eckes, *EU Counter-Terrorist Policies and Fundamental Rights: The Case of Individual Sanctions*, Oxford University Press (2009)
- Donohue, Laura, *The cost of counterterrorism*, Cambridge University Press (2008)
- E. Barner, *História dos Serviços Secretos*, Europa-América, Lisboa, 1975
- Henry Becket, *The Dictionary of Espionage*, Stein and Day, 1986
- Isaac Ben-Israël, *Philosophie du Renseignement: Logique et Morale de l’Espionage*, L’Éclat, Paris, 2004
- Jorge Bacelar Gouveia, *Os serviços de informações em Portugal: organização e fiscalização*, in AAVV, *Estudos de Direito e Segurança*, Almedina, I, Coimbra, 2007, pp. 171 e ss.; *Direito da Segurança*, Almedina, Coimbra, 2018
- José Manuel Freire Nogueira, *Pensar a Segurança e Defesa*, Cosmos, Lisboa, 2005
- Lock K. Johnson, *Handbook of Intelligence Studies*, Routledge, New York, 2007
- Pedro Cardoso, *As Informações em Portugal*, 2ª ed., Gradiva, Lisboa, 2004
- Pedro Simões, *Os serviços secretos em Portugal*, Prefácio, Lisboa, 2002
- Sónia Reis e Manuel Botelho da Silva, *O Sistema de Informações da República Portuguesa*, in *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 67 III, Dezembro de 2007, pp. 1251 e ss.

6 – LEGISLAÇÃO

- CRP
- Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa
- Lei Orgânica do Sistema de Informações da República Portuguesa
- Lei do Segredo de Estado
- Lei da Entidade de Fiscalização do Segredo de Estado

7 – JURISPRUDÊNCIA

A indicar